



A INDECISÃO EM 2014: análise qualitativa de opinião pública eleitoral no pleito estadual em Goiás

INDECISION IN 2014: qualitative analysis of election public opinion polls state in Goiás

Luiz Signates¹

Jéssica Alves Cardoso²

Resumo: *Trata-se este trabalho de um estudo sobre as características específicas do eleitor indeciso em relação ao cargo de governador do estado de Goiás no pleito de 2014. A opinião do eleitor indeciso compõe uma importante referência para a compreensão dos processos de formação da opinião pública eleitoral, principalmente por seu grande crescimento nos últimos anos. Este trabalho surgiu a partir dos dados colhidos diretamente dos eleitores indecisos, no contexto de uma pesquisa qualitativa de recepção de televisão por mediação familiar feita junto ao HGPE das eleições para governador em 2014. A partir dos dados obtidos foi possível perceber que o processo que envolve a indecisão do voto é mais complexo e completo do que tem sido suposto, possibilitando a noção do “indeciso crítico” e de modalidades específicas que buscam descrever as características do processo de indecisão eleitoral.*

Palavras-Chave: *Indecisão. eleitor. meios de comunicação.*

¹ Professor Associado do PPG Comunicação/UFG. Doutor em Ciências da Comunicação (USP). Coordenador do Núcleo de Pesquisas em Comunicação e Política – NPCP/UFG. Diretor Científico do Instituto Signates – Consultoria e Pesquisa. Email: signates@gmail.com

²Jornalista e pesquisadora. Graduada pela Faculdade de Informação e Comunicação/UFG. Pesquisadora do Instituto Signates. Email: jessica.cardoso.a@gmail.com



Abstract: *It is this work a study on the specific characteristics of the undecided voter in relation to the position of governor of the state of Goiás in 2014. The opinion poll of undecided voters make up an important reference for understanding the formation processes of the election public opinion mainly for its great growth in recent years. For the preparation of this work was carried out a qualitative study of family mediation television reception directly searched for the undecided voters. From the data obtained it was possible to realize that the process involving the indecision of the vote is more complex and complete than it was supposed. It is also proposed the concept of "critical undecided voter" and typical patterns of electoral indecision process.*

Keywords: *Indecision. Voter. Media.*

Introdução

Trata este artigo de um estudo sobre as características específicas do eleitor indeciso, no pleito eleitoral de 2014, em Goiás.

Nesse sentido, pretendeu-se perscrutar até que ponto as motivações do comportamento eleitoral de indecisão geralmente estabelecidas são ou continuam ser consistentes nos pleitos extremamente disputados como foram os do ano passado.

A temática da indecisão eleitoral é pouco estudada, no campo da comunicação e política, e seus vínculos com os processos informacionais parecem bastante evidentes. Como a pesquisa feita para este trabalho acompanhou o HGPE estadual de 2014, foi possível efetuar algumas inferências também a respeito da importância e da participação da mídia como elemento de influência junto aos eleitores indecisos.

No encaminhamento deste artigo, faz-se um rápido esboço teórico a respeito dos estudos sobre indecisão no Brasil, para, em seguida, expor-se a metodologia e os resultados da pesquisa empírica feita no contexto das eleições estaduais em 2014, no estado de Goiás.



O processo de indecisão nas eleições brasileiras

A indecisão do voto parece ser um fenômeno crescente nas democracias contemporâneas e, por conseguinte, o momento da decisão de voto tem ganhado uma importância cada vez maior para a compreensão do comportamento eleitoral, razão pela qual tem sido cada vez maior a atenção dos estudiosos dos processos eleitorais para as motivações do eleitor indeciso.

“O fenômeno da indecisão eleitoral tem assumido uma relevância crescente nas democracias contemporâneas. A maior distância entre eleitores e partidos, a diminuição das clivagens tradicionais sobre o comportamento do eleitor, e paralelamente, o aumento da importância dos fatores de curto prazo, são elementos que tornaram cada vez mais central esse segmento de eleitores.” (Lisi, 2010, p. 29-30).

O fenômeno parece se generalizar no mundo atual, atingindo não somente os países desenvolvidos, mas também aqueles onde o processo democrático convive com a instabilidade. Para Lisi, portanto,

“Esta tendência não afeta apenas as democracias consolidadas, mas também os regimes mais recentes, caracterizados por uma elevada volatilidade e pela alternância no governo dos principais partidos moderados” (Lisi, 2010, p. 55).

Grande parte dos autores relaciona diretamente o fenômeno da indecisão com os processos de decisão do voto, conferindo-lhe um sentido de que a indecisão é simplesmente o aspecto negativo da decisão. Nesse sentido, as categorias que acabam sendo adotadas nas análises são os diferentes *ethos* de avaliação e imagem que interferem nas preferências eleitorais.

Parece-nos que esta estratégia termina por perder a indecisão como objeto ou, no mínimo, percebe-a como objeto oblíquo, que não é descrito em seus próprios termos, e sim a partir daquilo que não é. Assim, os elementos retrospectivo e prospectivo de avaliação de partidos e candidatos (Fionina, 1981), as dimensões de imagem – integridade, confiabilidade e competência – que os eleitores utilizam para avaliar os candidatos (Miller, 1986), os diferentes *ethos* do discurso político



(Chareaudeau,), se podem definir os modos de decisão do voto pelos eleitores tradicionais, não se mostram imediatamente evidentes ou esclarecedores para a compreensão dos processos de indecisão, enquanto permanecem como tal.

Lisi sugere um direcionamento nesse sentido quando declara que o eleitor indeciso não se comporta do mesmo modo que o eleitor tradicional. Ou, textualmente, “os paradigmas tradicionais elaborados para explicar o comportamento dos eleitores não se aplicam da mesma forma ao eleitorado indeciso” (Lisi, 2010, p. 55).

Em geral, o eleitor indeciso é descrito de forma negativa, como um cidadão pobre, de baixa escolaridade, pouca informação, reduzido engajamento político e pequena disposição para a participação política.

“A variação do interesse acompanha os níveis de conceptualização política. (...) A mesma relação ocorre com o grau de preferência partidária. Quanto mais baixo o nível de conceptualização, menor o grau de preferência por um partido político e maior o nível de indecisão” (Radmann, 2001, p. 67).

Ou então:

“A massa popular, a grande maioria do eleitorado, é desinformada a respeito das propostas dos partidos e dos candidatos, não tem opinião a dar sobre questões importantes no debate político, tende a atribuir a seus candidatos qualidades que mais lhe agradam e as opiniões que eventualmente tem quanto a issues diversos e possui baixo grau de consistência ideológica” (Castro, 1994, p. 180)

A literatura mais recente, contudo, começa a contestar algumas dessas aparentes obviedades. Lourenço (2007) em extensa tese doutoral sobre a questão da indecisão eleitoral, efetua diversas considerações mais pormenorizadas a respeito do perfil e do comportamento desse tipo de eleitor. Nesse sentido, ele encontra um eleitor que valoriza a política, mas não se envolve com ela; que reconhece a falta de interesse e participação da população nos negócios públicos, mas não tem ideia de como fazer valer suas insatisfações e reivindicações; e que, enfim, não tem informações de alto nível, mas considera, dentro dos processos



eleitorais, que há tempo para decidir e, às vésperas do pleito, efetivamente decide, a partir de uma plethora de fontes que vão do HGPE à atuação das mídias e campanhas.

O que define, afinal, o eleitor indeciso? A perspectiva das campanhas políticas costuma ser uma única: a da oportunidade. Ou, segundo, Palmeira (1992, s/p), “o eleitor indeciso é o eleitor potencial ‘em disponibilidade’”. Para Lisi, característica principal do eleitor indeciso é a imprevisibilidade. Contudo, conforme ele, ainda não há uma descrição consensual do seu perfil.

“Os indivíduos que tomam suas decisões durante a campanha apresentam uma lógica diferente [da tradicional], caracterizada essencialmente por uma maior aleatoriedade e imprevisibilidade. A falta de ancoragem partidária e uma certa indefinição ideológica são os principais traços em comum, mas, além destas características, não há um paradigma que possa descrever de forma unívoca o perfil deste tipo de eleitores para os diversos países e eleições” (Lisi, 2010, p. 55).

Aparentemente, o pouco envolvimento no campo político e a urgência causada pela proximidade do pleito, cuja decisão é adiada às vezes ao máximo, torna o eleitor indeciso mais propício a acreditar nos discursos de convencimento veiculados nos grandes meios de comunicação pelos candidatos. Porém, isso não significa que este eleitor não tenha instrução ou não possua certa “sofisticação” de pensamento, e nem mesmo que as mídias “comandam” o pensamento e a decisão de voto, mas sim que o eleitor indeciso é mais livre e menos previsível.

“Tradicionalmente, os estudos sobre este segmento do eleitorado nas democracias avançadas têm sublinhado o seu carácter relativamente pouco sofisticado. Segundo esta interpretação, estes eleitores procuram atalhos informativos que possam orientar as suas opções, sobretudo durante as campanhas eleitorais. Neste sentido, como seria de esperar, os factores que mais afectam este segmento do eleitorado dependem da conjuntura e do contexto, isto é, a exposição aos meios de comunicação e as informações que recebem sobre os temas das campanhas e sobre os principais líderes”. (LISI, 2010, p. 31).

Há autores que também tendem a considerar que, quanto mais polarizada uma eleição, menor a probabilidade de haver indecisão. É como se a dicotomização



dos quadros polarizados fosse um forte indutor da tomada de decisão. É o que diz, por exemplo, Radmann, segundo a qual

“... a polarização política em índices eleitorais entre candidatos, incide no decréscimo de eleitores indecisos. Percebeu-se que, com a proximidade do pleito e o acirramento político entre candidatos, uma parte dos eleitores de baixa sofisticação política tendem a posicionar-se na direção de um candidato e a reproduzir os elementos do discurso deste candidato. Os eleitores introjetam as informações presentes no discurso, na imagem e na campanha como um todo. E utilizam-se destes elementos para justificar a sua posição e contrariar o voto de eleitores às candidaturas opostas” (Radmann, 2001, p. 212).

No Brasil de 2014, entretanto, essa máxima parece não ter funcionado. Os níveis de indecisão, mesmo aqueles manifestos no próprio pleito pelos votos anulados e brancos, revelou-se importante.

Trata-se, portanto, de buscar conhecer melhor o ânimo e a produção de sentido desse tipo de eleitor. Este foi o mote da análise feita para este trabalho. Nele, procurou-se entender as perspectivas e discursos construídos por um tipo de eleitor que não é capaz de revelar suas preferências pelos candidatos, mas estabelece um discurso sobre a política, cujo conteúdo pode ser revelador do próprio processo de indecisão eleitoral.

As características do pleito em Goiás

Antes de começar a falar especificamente a respeito da pesquisa que deu origem a este trabalho, é importante caracterizar, de forma clara, o contexto em que se deu a investigação, o pleito eleitoral estadual em Goiás no ano de 2014.

O estado de Goiás é herdeiro ainda recente do coronelismo, período em que o exercício do poder foi marcado pelo domínio de famílias latifundiárias ricas e tradicionais, estabelecidas numa economia fundada basicamente na agricultura e a



pecuária, e que prevaleceu desde o período colonial até meados do século 20. Um poder demarcado pelo clientelismo e a violência.

“Pensar a violência, como pano de fundo para a manutenção do atraso, é fulcral para entender o tipo de dominação preponderante em Goiás. Percebe-se que o coronel é a figura emblemática que detém o poder de mando, seja pelo o arranjo político, seja na maioria das vezes através da violência ou do carisma exercido entre sua clientela,

[...]pode haver outros fatores que corroboram com essa manutenção do poder como o assistencialismo -paternalista e clientelista adotados pelos chefes locais patrocinadas pela máquina administrativa. No caso de Goiás, soma-se a esses fatores a manutenção do atraso como forma de manter-se no poder. Nesse caso percebe-se que ainda que ao falar do coronel, suas ações diferiram-se em todo o território nacional.” (RODRIGUES, 2009, p. 3,4).

O coronelismo perdurou em Goiás de 1889 a 1930, ano em que Getúlio Vargas ascendeu à presidência do país após a chamada Revolução de 1930. Getúlio nomeou Pedro Ludovico Teixeira como interventor federal no Estado de Goiás, pondo fim à soberania dos coronéis, mas preservando grande parte dos modos de se fazer política, embora se deva considerar que sua nomeação contribuiu para alguns surtos modernizantes.

Entre as principais obras de Pedro Ludovico, destacou-se a construção de Goiânia e a mudança da capital do estado da Cidade de Goiás, antiga Vila Boa, para a recém construída cidade. A realocação da capital fez parte da chamada “Marcha para o Oeste”.

O último governador de Goiás eleito antes da ditadura militar foi Mauro Borges, filho de Ludovico, e governou de 1960 a 1964, quando foi deposto pelos militares. A partir de então o estado foi comandado por 11 governadores, todos nomeados pelo governo federal.

Após a ditadura, em 1983, o primeiro governador eleito foi Iris Rezende, liderança política que emergira ainda na década de 1960, durante o governo Borges. Eleito à época vereador, foi o mais votado da capital, e, logo em seguida,



elegera-se prefeito de Goiânia, também com votação histórica. Cassado pelo regime, tornou-se uma espécie de figura mítica, ligada ao MDB, o partido da oposição ao regime.

Eleito em 1983, Íris manifestou desde o início sua conhecida verve populista e, governador eleito duas vezes, de 1983 a 1986, e de 1991 a 1994, tornou-se a principal liderança política do Estado, até o ano de 1998. Nos anos que não ocupou o governo estadual, Íris foi por duas vezes ministro. Na primeira vez, de 1986 a 1990, ocupou a Pasta da Agricultura do governo Sarney, e, depois, de 1997 a 1998, durante a primeira gestão de FHC, fora ministro da Justiça.

Em 1998, Íris deixa o Ministério da Justiça para candidatar-se a governador em Goiás, iniciando a disputa na condição de franco favorito. Contra ele, as oposições ao PMDB se unificaram em torno do nome de um jovem deputado federal, Marconi Perillo. Em uma virada histórica e surpreendente, Marconi Perillo, que não era nem mesmo o segundo colocado em intenções de voto, após uma campanha política veiculada na televisão que caiu no gosto do povo, ganhou a eleição no segundo turno. Foi eleito, aos 35 anos, o governador mais jovem da história do Brasil e, desde então, nas quatro eleições seguintes, venceu todas contra o PMDB de Íris (duas vezes, em 1998 e 2014) ou de Maguito Vilela (duas vezes, em 2002 e 2006, esta última contra o candidato de Marconi, Alcides Rodrigues).

A vitória de Marconi Perillo marcou o fim da era 'peemedebista' no estado e iniciou uma nova era a do PSDB. Em 2014, obteve uma vitória histórica, sendo o único político que se elegeu governador de Goiás por quatro vezes.

Uma das principais características desse período na história política goiana, foi, sem dúvida, o quadro de intensa polarização entre os dois nomes – Marconi Perillo e Íris Rezende, com interregnos para Maguito Vilela (que fora vice de Íris, nos seus governos) – que sempre disputaram os segundos turnos de todos os pleitos. A polarização também se mostrou nos resultados eleitorais todas as vezes em que a



eleição foi a segundo turno (apenas em 2002, contra Maguito, Marconi venceu a reeleição no primeiro turno, com 51,2% dos votos válidos).

Outra característica, que chamou a atenção durante a pesquisa qualitativa da qual foram retirados os dados para este trabalho, foi a persistência do processo de indecisão, mesmo diante da carga informativa gerada pelos programas de televisão do HGPE. Sobre este tema, falaremos mais tarde.

A eleição para governador de 2014 em Goiás foi disputada por sete candidatos no primeiro turno, em ordem alfabética: Alexandre Magalhães (PSDC), Antônio Gomide (PT), Iris Rezende (PMDB), Marconi Perillo (PSDB), Marta Jane (PCB), Vanderlan Cardoso (PSB) e Professor Weslei (PSOL).

1. Alexandre Magalhães: O candidato concorreu pelo Partido Social Democrata Cristão (PSDC). Ele tem 48 anos de idade, é casado e formado em Direito. Foi a primeira vez que ele concorreu ao cargo de Governador do Estado de Goiás (TSE, 2014). Foi o menos votado do pleito, recebendo apenas 5105 (0,16% do total de votos válidos).
2. Antônio Gomide: O candidato concorreu ao governo pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Ele tem 54 anos de idade, é casado e formado em Odontologia. Foi prefeito da cidade de Anápolis, renunciou no segundo mandato para disputar o governo estadual. Foi a primeira vez que ele concorreu ao cargo de Governador do Estado de Goiás (TSE, 2014). Foi o quarto mais votado, com 319.233 votos (10,09% dos votos válidos)
3. Iris Rezende: O candidato concorreu ao governo pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Ele tem 81 anos de idade, é casado e formado em Direito. Já foi Governador do Estado por duas vezes. Foi a sétima vez que concorreu ao cargo de governador do Estado de Goiás (TSE, 2014). Polarizou com Marconi Perillo a campanha inteira e disputou com ele o segundo turno das eleições. No primeiro turno, obteve 898.645 votos (28,4% dos válidos) e, no segundo turno, 1.297.592 votos (42,56% dos votos válidos).



4. Marconi Perillo: O candidato concorreu ao cargo pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Ele tem 51 anos de idade, é casado e formado em Direito. Já foi governador do Estado de Goiás três vezes. Foi a quarta vez que disputou o cargo de Governador do Estado de Goiás (TSE, 2014). Ganhou a eleição tanto no primeiro turno, com 1.451.330 votos (45,86% dos votos válidos), quanto no segundo turno, com 1.750.977 votos (57,44% dos votos válidos).
5. Marta Jane: A candidata concorreu ao cargo pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ela tem 43 anos de idade, é solteira e professora de ensino superior. Foi a segunda vez que disputou o cargo de governadora do Estado de Goiás (TSE, 2014). Ficou em penúltimo lugar no pleito, tendo obtido 5.786 votos (0,18% dos votos válidos).
6. Vanderlan Cardoso: O candidato disputou o cargo pelo Partido Socialista Brasileiro. Ele tem 52 anos de idade, é casado e empresário. Foi prefeito da cidade de Senador Canedo. Foi a segunda vez que disputou o cargo de governador do Estado de Goiás (TSE, 2014). Terminou em terceira colocação, com 474.090 votos (14,98% dos votos válidos).
7. Professor Weslei: O candidato disputou o cargo pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Ele tem 31 anos de idade, é casado e professor do ensino fundamental. Foi a primeira vez que disputou o cargo de governador do Estado de Goiás (TSE, 2014). Ficou em antepenúltimo lugar, por ter obtido 10.522 votos (0,33% dos válidos).

Como se pode observar, o cenário político goiano é polarizado e disputado por nomes fortes e já ancorados em certa tradição. Marconi Perillo e Iris Rezende constituem as duas principais lideranças do Estado desde o período de democratização do país e polarizaram todas as disputas, desde 1998.

Apesar disso, foi notável o quadro de indecisão dentro do pleito. Do ponto de vista quantitativo, a identificação foi feita por dois dos principais institutos de pesquisa de Goiás, o Serpes e o Grupom. Pelos números do Grupom, a uma



semana da eleição, 42% do eleitorado ainda permanecia na indecisão. Os números do Serpes são mais alarmantes ainda: a pesquisa realizada de 22 a 26 de setembro de 2014, revelava 62,5% dos eleitores ainda indefinidos em relação ao voto.

Tais dados indicavam a importância específica de se conhecer a dinâmica da opinião do eleitor indeciso e, para isso, foram usados os dados qualitativos levantados na pesquisa de acompanhamento do HGPE feita pelo Instituto Signates, de Goiânia, para uma das campanhas eleitorais em disputa².

6. Metodologia

Os dados utilizados para este trabalho foram retirados do banco formado pela pesquisa qualitativa de acompanhamento do HGPE para governador, no Estado de Goiás, desenvolvido pelo Instituto Signates, de Consultoria e Pesquisa, sediado em Goiânia.

A técnica de pesquisa foi desenvolvida pelo Diretor Técnico e Científico deste Instituto, o prof. Luiz Signates, a partir de uma adaptação feita da técnica denominada “Mediação familiar”, aplicada pelas professoras Maria Immacolatta Vassalo de Lopes (USP), Sílvia Borelli (PUC-SP) e Vera Resende (USP), e publicada no livro “Vivendo a telenovela” (Lopes, Borelli e Resende, 2002). A adequação metodológica foi descrita em um evento nacional promovido na USP e depois publicado em livro pelos promotores (Signates, 2014).

Adaptado, o método consiste na aplicação de três técnicas de pesquisa, no interior de residências de famílias recrutadas conforme critérios estatisticamente definidos: Etnografia de família, observação não participante de programa de televisão e grupo de discussão familiar.

² O Instituto Signates trabalhou sob contrato de sigilo, razão pela qual não se poderá revelar, neste trabalho, nem o contratante, nem os resultados específicos de imagem dos candidatos específicos. O acesso aos dados é, pois, restrito à situação da indecisão eleitoral e à finalidade exclusivamente acadêmico-científica do trabalho.



Ao todo, foram acompanhados 18 programas eleitorais (todos os programas exibidos, exceto o último), à razão de 9 a 10 famílias cada um, em pelo menos três municípios, cada um nas três regiões de Goiás com maior densidade eleitoral: a Região Metropolitana de Goiânia (na maioria dos casos, dois municípios, sendo um, obrigatoriamente, a capital do Estado, Goiânia); Entorno do Distrito Federal e Sul-Sudeste Goiano.

Assim, foram visitadas residências de 177 grupos familiares, ao longo de toda a pesquisa, decorrendo em mais de 700 páginas de relatórios, que acompanharam com alto detalhamento o comportamento e a opinião eleitorais dos goianos, frente aos programas televisionados das campanhas para governador no pleito de 2014.

7. Os Resultados: a emergência do indeciso crítico

Diferentes resultados qualitativos foram registrados, na busca pela descrição do processo de indecisão eleitoral, na pesquisa feita.

Neste trabalho, chamaremos a atenção par quatro tipos mais intensos de comportamento/opinião eleitoral indecisa, que foram, pela ordem de intensidade:

7.1. A persistência do posicionamento indeciso.

O eleitor indeciso, surpreendido em diferentes momentos da pesquisa, resistia a sair da indecisão, mesmo diante das informações que lhes são prestadas pelo programa eleitoral.

Essa resistência se manifestou de diferentes formas, sendo a mais aparente o que poderia ser consignado como ausência de pressa para decidir. A frase típica colhida foi “tem muito tempo até o dia da eleição”. Este tipo de eleitor coaduna com



a descrição de certos autores, quando se referem aos cidadãos que “adiam as suas opções de voto” (Lisi, 2010, p. 55).

Ocorre, contudo, também, o indeciso que resiste por rejeição geral à política ou a todos os candidatos dispostos no cardápio eleitoral. Nestes casos, surpreendeu-se uma percepção negativa generalizada e de elevado descrédito na política ou nos políticos, que conduz à negação do posicionamento, seja por não crer que as coisas possam mudar, seja por duvidar da efetividade dos compromissos de campanha exibidos nos programas eleitorais.

A ausência de credibilidade apareceu na desconfiança contínua, persistente, em relação às argumentações sacadas pela campanha. Tudo parece mentiroso, montado, enganador.

Em geral, conforme conclui Lourenço (2007), os aspectos ideológicos ou programáticos, constitutivos dos vínculos partidários, não aparecem no discurso do eleitor indeciso. A indecisão é pautada sobretudo na percepção pragmática da ineficácia dos políticos ou na corrupção vista como mal insuperável ou condição do próprio fazer político.

Para além do generalizado descrédito do político, que vincula a indecisão à conhecida indiferença para com a política, esse comportamento se traduziu na pesquisa pela tendência a se desacreditar nos candidatos que têm exercido o poder a muito tempo, mesmo num quadro de reconhecimento por realizações que tenham feito no exercício de seus cargos.

Em plano menor e menos intenso, a pesquisa surpreendeu também casos típicos de eleitores que se mantiveram indecisos, mesmo diante de informações que julgaram convincentes, provenientes das campanhas eleitorais na televisão. Elogios e reconhecimento de realizações ou de bons compromissos, feitos pelos candidatos, não os tiraram, ao menos durante o contexto da pesquisa, tais eleitores da dúvida sobre qual candidato mereceria seu voto.



Evidentemente, essa persistência da indecisão poderá culminar na decisão de véspera ou na abstenção, no voto branco ou nulo. A pesquisa, contudo, não acompanhou estas movimentações.

7.2. O aspecto informado e crítico do indeciso em geral

A emergência forte do eleitor indeciso informado e crítico talvez tenha sido a principal surpresa dos resultados desta pesquisa, feita em condições de observação minuciosa e cuidadosa.

O trabalho de Lourenço (2007) já havia sinalizado em direção a esse tipo de perfil de eleitor indeciso. O autor, em sua tese doutoral, reconhece, em meio a uma copiosa exposição de dados quantitativos e qualitativos, por parte do eleitor, o reconhecimento de problemas de desinteresse e falta de participação, e o quadro de insatisfação, sobretudo em relação às questões éticas da política (urdidadas, sobretudo, a partir de uma moralidade privada).

Contudo, mesmo este autor ainda revela um indeciso desinformado e influenciável, ou seja, alguém cuja situação de indecisão ainda se estabelece fortemente na carência de informações – razão principal para o adiamento da decisão de voto – e cujo processo decisório depende da interferência das mídias, em proporção que cresce à medida que a data da eleição se aproxima.

A pesquisa feita em Goiás surpreendeu um tipo de indeciso um tanto mais complexo. Primeiro, por não ser rigorosamente desinformado. Famílias inteiras de indecisos debatiam detalhadamente a eficácia dos equipamentos públicos e efetuavam críticas às vezes extremas aos candidatos em disputa.

Em que constitui essa indecisão, nesses casos? Destacamos, na análise, diferentes modalidades do que denominaremos aqui a “indecisão crítica”:



- a) Indecisão por rejeição mútua ou total à política e aos candidatos. Sobre esta, falamos no item anterior.
- b) Indecisão por descrédito no discurso político promovido pelos candidatos. A ideia de que os políticos são loquazes, mas não cumprem o que prometem, redundando na insegurança do eleitor em relação às propostas exibidas nos programas eleitorais e fundamenta um modelo persistente de indecisão.
- c) Indecisão por abandono dos apoios anteriores. A reação do eleitor diante das transformações de imagem dos candidatos nos quais confiou em pleitos anteriores culmina numa posição de indecisão, que ora se traduz por dúvida, ora por rejeição. Como afirmou, tipicamente, um ex-eleitor de Íris Rezende: “Votei nele uma vez para senador. Não sei se voto mais...”
- d) Indecisão por apreço a vários candidatos. Caso menos comum, mas suficientemente encontrável no contexto da pesquisa feita. O eleitor é indeciso por titubear entre vários candidatos que reconhece como bons e merecedores de seu voto. Houve casos, raros, em que, nas eleições goianas de 2014, tanto Marconi quanto Íris foram prestigiados pelo significado que os distingue como as maiores lideranças atuais em Goiás. Em plano mais restrito, as candidaturas de Gomide e Vanderlan, por terem sido, ambos, prefeitos bem sucedidos de suas respectivas cidades (Anápolis e Senador Canedo), houve casos de indecisão por apreço sobretudo entre o ex-prefeito e o governador Marconi.
- e) Indecisão por cansaço de material e falta de perspectiva de poder dos elementos novos. Este foi o caso típico do sentimento de mudança que pautou as eleições goianas em 2014, mas que culminou numa reeleição relativamente folgada do governador candidato. Ao polarizar com um político mais antigo e idoso do que ele, Marconi terminou beneficiado por ter sido “rejuvenecido” por Íris e, ante a polarização, por fragilizar as possibilidades dos candidatos assinalados pela ideia do “novo” (no caso das eleições goianas de 2014, agregado tanto ao petista Antonio Gomide, quanto ao



pepista Vanderlan Cardoso), que não demonstraram perspectiva de poder. Marconi se tornou o “novo possível ou viável”, diante de um velho Íris e de jovens que não demonstraram estatura eleitoral para vencer.

Nenhuma dessas modalidades de indecisão apareceu num quadro de desentendimento ou desconhecimento das candidaturas ou das propostas e projetos eleitorais, ou, menos ainda, da ignorância quanto ao desempenho dos governos. A indecisão, não raro, surgiu à pesquisa como excesso de crítica, a ponto de culminar em desconfiança, descrédito ou desesperança na política e nos políticos.

Eis porque os dois tipos derradeiros, mencionados neste trabalho, podem ser tidos como qualitativamente menos intensos.

7.3. A falsa indecisão

Registramos esta modalidade por razões metodológicas. Em diferentes momentos da pesquisa, durante os procedimentos de recrutamento das famílias a serem pesquisadas, os eleitores indecisos foram objeto de filtro dos perfis desejados, evidentemente por razões estratégicas da campanha à qual a pesquisa deveria servir.

Desde o princípio, os pesquisadores envolvidos foram surpreendidos com uma dificuldade inesperada, que, pela renitência com que ocorreu, terminou por se tornar previsível e inserida nas perspectivas esperadas do recrutamento: muitos eleitores e grupos familiares contatados, mesmo sem saber quais perfis eram buscados, declaravam-se indecisos e, no momento da pesquisa, revelavam-se tendentes ou mesmo decididos.

Configurou-se, ante a pesquisa, a noção de “falsa indecisão”, definida como aquele perfil de cidadão que, ou não tinha consciência de suas próprias



preferências, ou preferia não assumir o posicionamento eleitoral definido, na abordagem inicial. Este último caso foi muito mais comum do que o primeiro.

A percepção deste tipo de eleitor somente foi possível em razão do método aplicado: o trabalho coletava não apenas as opiniões e relatos, mas também estabelecia dados pela observação não participante dos comportamentos familiares diante das temáticas e formatos dos programas eleitorais. Os casos de falsa indecisão, em geral, foram percebidos pragmaticamente.

Uma última anotação a respeito foi a convicção, adquirida pelo grupo ao longo da pesquisa, de que a falsa indecisão não era proveniente de uma rejeição à pesquisa – até porque os eleitores abordados participaram às vezes entusiasmadamente das diferentes fases do processo de coleta – e sim de uma espécie de exercício de direito de não se definir ou não admitir publicamente ou ante a pesquisa suas definições específicas. Seria, talvez, um falso indeciso por opção.

7.4.A indecisão por desconhecimento ou desinformação

Este é o caso típico trazido pela literatura. Neste trabalho, efetuamos uma distinção entre o eleitor indeciso desinformado e o despolitizado. Considerar a despolitização uma desinformação é, primeiro, efetuar um juízo de valor da cultura na qual o eleitor vive, e, segundo, impedir a compreensão de outros níveis de informação, alguns dos quais fundamenta o próprio processo de indecisão eleitoral.

Assim, caracteriza-se aqui a indecisão por desinformação típica ou por desconhecimento específico, relacionado à conjuntura eleitoral ou política, e não pelo aparente grau de engajamento do eleitor. Até porque, para ser de fato indeciso, o eleitor deve quase necessariamente ser desengajado, exceto casos muito específicos de indecisão motivada pelo apreço a vários candidatos, já pontuada anteriormente.



Foi bastante comum a indecisão por desconhecimento de candidatos e candidaturas. Evidentemente, esses casos estiveram relacionados apenas às candidaturas novas ou minoritárias (os candidatos chamados “nanicos” são os que não demonstram, desde o início, qualquer possibilidade eleitoral, gerando a aparência de que se candidatam por outras razões, que não as de serem eleitos).

Constatou-se por fim a indecisão desinformada por absoluto ou radical desinteresse pela política. Os sintomas mais presentes nesse tipo de eleitor foram a atenção dispersa ao programa eleitoral, a fala excessivamente concisa, a resposta monossilábica e assim por diante.

Este é o eleitor mais especificamente influenciável pelos programas e debates eleitorais, como já anotara Lourenço (2007). Na pesquisa em Goiás, foi sobretudo com esse tipo de eleitor que se percebeu a menor resistência à definição do voto ou da preferência, ao longo do próprio período da pesquisa. Informado, o eleitor com esse perfil saía da indecisão e efetuava sua escolha.

8. Conclusão

Provavelmente, o mais importante dentre os resultados obtidos pela análise dos dados da pesquisa que resultou neste trabalho é uma certa desmistificação das características da indecisão eleitoral. O fenômeno, crescente e cada vez mais relevante para a compreensão da opinião e do comportamento eleitoral contemporâneo, merece ser percebido a partir de seus próprios termos. Sem a pretensão de exaustividade, esta foi a busca que se procurou efetuar aqui.

A indecisão, até certo ponto diferente do que se tem descrito até então, não é obrigatoriamente uma consequência da falta de informação ou da indiferença política, nem mesmo da pouca instrução ou da percepção de um eleitor incapaz de decidir.



Os resultados obtidos permitem afirmar que pode haver indecisão nascida de uma percepção crítica aguçada, embora negativa, dos processos políticos e, sobretudo, de seus resultados, em termos de realização do Estado democrático diretamente no cotidiano dos cidadãos. Há que se compreender melhor esse fenômeno, a fim de alcançar um entendimento mais nítido e consistente do modo como se constrói a opinião e a ação política eleitoral, nos dias de hoje.

9. Referências Bibliográficas

CASTRO, Mônica da M. M. M. de. **Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política**. Rio de Janeiro : IUPERJ, 1994. (Tese de doutoramento)

LISI, M. O voto dos indecisos nas democracias recentes: um estudo comparado. **Análise Social, Instituto de Ciências Sociais**, n. 194, p. 29–61, 2010.

LOPES, Maria I. V. de; BORELLI, Sílvia H. S.; RESENDE, Vera da R. **Vivendo com a telenovela: mediações, recepção e teleficcionalidade**. São Paulo : Summus, 2002.

LOURENÇO, Luiz C. **Abrindo a caixa-preta: da indecisão à escolha. A eleição presidencial de 2002**. Rio de Janeiro : IUPERJ, 2007 (Tese de doutoramento).

LOURENÇO, Luiz C. **Abrindo a caixa-preta: da indecisão à escolha. A eleição presidencial de 2002**. Rio de Janeiro : IUPERJ, 2007. (Tese de doutoramento).

MAAKAROUN, Bertha. **A campanha presidencial de 2006 e as estratégias utilizadas por eleitores para o processamento das informações políticas**. Rio de Janeiro : UERJ, 2010.

PALMEIRAS, Moacir. Voto: racionalidade ou significado? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, V. 7, n. 20, Rio de Janeiro, out/1992, s/p.



RADMANN, Elis R. H. **O eleitor brasileiro**: uma análise do comportamento eleitoral. Porto Alegre : UFRGS, 2001 (Dissertação de Mestrado).

RODRIGUES, F. d. R. **História política de Goiás** - Pedro Ludovico Teixeira, o democrata modernizador ou o coronel da modernidade? 2009.

SENA, N. M. de. Espaço público, opinião e democracia. **Estudos em Comunicação**, n. 13, p. 270–304, 2007.

SIGNATES, L. Análise dos processos de formação da opinião política em face da mídia, nas eleições de 2008, em Catalão, Goiás. In: CORRÊA, Elizabeth S.; WILTON, Mauro. (Org.). **Mutações do espaço público contemporâneo**. 1ed. São Paulo: Paulus, 2014, v. 1, p. 107-136.

TSE. **A história das eleições no Brasil**. Distrito Federal: Tribunal Superior Eleitoral, 2010.